

Acerca da Brochura de Junius¹

**Vladimir Ilitch Lénine
1916**

Escrito em Julho de 1916.

Presente tradução na versão das Obras Escolhidas de V.I.Lénine
Edição em Português da Editorial Avante, 1986, t2, pp 405-417
Traduzido das O. Completas de VI Lénine 5ªEd. russo t.30, pp. 1-16

¹ O artigo *Sobre a Brochura de Junius* foi publicado na *Sbórník Sotsial-Demokrata* em Outubro de 1916. *Sbórník Sotsial-Demokrata* (Colectânea do Social-Democrata), fundada por Lénine, foi editada pela redacção do jornal *Sotsial-Demokrat*. Publicaram-se apenas dois números da colectânea.

Finalmente na Alemanha foi publicada ilegalmente, sem adaptação à infame censura dos *junkers*, uma brochura social-democrata, consagrada às questões da guerra! O autor, que pertence visivelmente à ala «esquerda radical» do partido, assinou Junius (o que significa em latim: mais novo) e chamou à sua brochura *A Crise da Social-Democracia*. Em anexo publicam-se as «teses sobre as tarefas da social-democracia internacional» que já haviam sido apresentadas na CSI (Comissão Socialista Internacional) de Berna e publicadas no número 3 do seu boletim²; elas pertencem ao grupo «A Internacional»³, que publicou na Primavera de 1915 um número de uma revista com esse nome (com artigos de Zetkin, Mehring, R. Luxemburg, Thalheimer, Dunker, Ströbel e outros) e organizou no Inverno de 1915-1916 uma conferência dos sociais-democratas de todas as partes da Alemanha, onde essas teses foram aprovadas.

A brochura foi escrita em Abril de 1915, como diz o autor na introdução, datada de 2 de Janeiro de 1916, e publicada «sem qualquer alteração». «Circunstâncias externas» impediram que fosse publicada antes. Ela é dedicada não tanto à «crise da social-democracia» como à análise da guerra, à refutação da lenda sobre o seu carácter libertador, nacional, à demonstração de que se trata de uma guerra imperialista por parte da Alemanha e por parte das outras grandes potências, e em seguida à crítica revolucionária do comportamento do partido oficial. A brochura de Junius, escrita de uma forma extraordinariamente viva, desempenhou e desempenha sem dúvida um grande papel na luta contra o antigo partido social-democrata da Alemanha, que passou para o lado da burguesia e dos *junkers*, e nós saudamos o autor de todo o coração.

Para o leitor russo, familiarizado com a literatura social-democrata publicada em russo no estrangeiro de 1914 a 1916, a brochura de Junius não traz nada de fundamentalmente novo. Quando lemos esta brochura comparando com os argumentos do marxista revolucionário alemão aquilo que foi exposto, por exemplo, no manifesto do Comité Central do nosso partido (Setembro-Novembro de 1914), nas resoluções de Berna (Março de 1915) e nos seus numerosos comentários, temos de constatar apenas que os argumentos de Junius são muito incompletos e que ele comete dois erros. Ao criticar seguidamente as deficiências e erros de Junius, devemos sublinhar fortemente que o fazemos a bem da autocritica necessária aos marxistas e da verificação multiforme das concepções que devem servir de base ideológica à III Internacional. A brochura de Junius é no conjunto um excelente trabalho marxista, e é inteiramente possível que as suas deficiências tenham até certo ponto um carácter fortuito.

2 **CSI (Comissão Socialista Internacional):** Órgão executivo da liga de Zimmerwald; foi fundada na primeira conferência socialista internacional, em Setembro de 1915. Da CSI faziam inicialmente parte 4 pessoas, sendo posteriormente criada uma CSI alargada, da qual faziam parte representantes de todos os partidos que aderiam às decisões da conferência de Zimmerwald. O órgão de imprensa da CSI era o boletim *Internationale Sozialistische Kommission zu Bern. Bulletin (Comissão Socialista Internacional de Berna. Boletim)*, editado em alemão, francês e inglês de Setembro de 1915 a Janeiro de 1917. Publicaram-se seis números. No nº 3 do *Boletim* da CSI (Fevereiro de 1916), num artigo intitulado «Ein Vorschlag deutscher Genossen» («Uma proposta dos camaradas alemães») foram publicadas as teses do grupo A Internacional, que definiam a posição dos sociais-democratas de esquerda alemães sobre importantes questões teóricas e políticas no período da guerra mundial imperialista.

3 **Grupo A Internacional:** organização revolucionária dos sociais-democratas de esquerda alemães; fundada no início da guerra imperialista mundial por K. Liebknecht, Rosa Luxemburg, F. Mehring, C. Zetkin, I. Marchlevski, L. Jogiches (Tyszka) e W. Pieck. Em Abril de 1915 Rosa Luxemburg e F. Mehring fundaram a revista *Die Internationale (A Internacional)*, em torno da qual se uniu o grupo fundamental dos sociais-democratas de esquerda alemães. Em 1 de Janeiro de 1916, em Berlim, realizou-se uma conferência dos sociais-democratas de esquerda de toda a Alemanha na qual o grupo se constituiu organizativamente e decidiu tomar o nome de grupo A Internacional. Como plataforma do grupo, a Conferência aprovou as *Leitsätze (Teses Fundamentais)* elaboradas por R. Luxemburg com a participação de K. Liebknecht, F. Mehring e C. Zetkin. A partir de 1916 o grupo A Internacional, para além dos folhetos políticos publicados em 1915, começou a editar e a difundir ilegalmente *Cartas Políticas* assinadas Spartakus (publicaram-se regularmente até Outubro de 1918); por esse motivo o grupo A Internacional passou a designar-se também grupo Spartakus.

A principal deficiência da brochura de Junius e que é um claro passo atrás em comparação com a revista legal (embora proibida imediatamente depois da sua publicação) *A Internacional* é o silêncio relativamente à ligação entre o social-chauvinismo (o autor não usa nem este termo nem a expressão menos precisa de social-patriotismo) e o oportunismo. O autor fala muito justamente da «capitulação» e da falência do partido social-democrata alemão, da «traição» dos seus «chefes oficiais», mas não vai mais além. Entretanto, a revista *A Internacional* fazia já a crítica do «centro», isto é, do kautskismo, ridicularizando muito justamente a sua falta de carácter, a sua prostituição do marxismo, o servilismo perante os oportunistas. E essa mesma revista **iniciou** o desmascaramento do verdadeiro papel dos oportunistas, ao publicar, por exemplo, o importantíssimo facto de que em 4 de Agosto de 1914 os oportunistas apareceram com um ultimato, com a decisão formada de votar **em qualquer caso a favor** dos créditos⁴. Tanto na brochura de Junius como nas teses **não** se fala nem do oportunismo nem do kautskismo! Isto é errado do ponto de vista teórico, pois não se pode **explicar** a «traição» sem a relacionar com o oportunismo, como **tendência** que tem atrás de si uma longa história, a história de toda a II Internacional. Isto é errado do ponto de vista político prático, pois não se pode nem compreender a «crise da social-democracia» nem superá-la sem esclarecer o significado e o papel das **duas tendências**: a abertamente oportunista (Legien, David, etc.) e a disfarçadamente oportunista (Kautsky e C^a). Isto é um passo atrás em comparação, por exemplo, com o artigo histórico de Otto Rühle no *Vorwärts* de 12 de Janeiro de 1916, em que ele demonstra clara e abertamente a **inevitabilidade** da cisão do partido social-democrata da Alemanha (a redacção do *Vorwärts* respondeu-lhe com a repetição de frases kautskistas melosas e hipócritas, sem encontrar um único argumento real contra o facto de que **já** existem dois partidos e é impossível reconciliá-los). Isto é uma espantosa inconsequência, pois na 12^a tese de *A Internacional* fala-se **claramente** da necessidade de criar uma «nova» Internacional em consequência da «traição» e da «passagem para o terreno da política burguesa imperialista» dos «representantes oficiais dos partidos socialistas dos países dirigentes». É claro que falar da participação na «nova» Internacional do velho partido social-democrata da Alemanha ou de um partido que pactua com Legien, David e C^a é simplesmente ridículo.

Ignoramos como se explica este passo atrás do grupo «A Internacional». A maior deficiência de todo o marxismo revolucionário na Alemanha é a ausência de uma organização ilegal coesa que aplique sistematicamente a sua linha e eduque as massas no espírito das novas tarefas: tal organização deveria ter uma posição definida tanto em relação ao oportunismo como em relação ao kautskismo. Isto é tanto mais necessário quanto aos sociais-democratas revolucionários alemães foram agora retirados os dois últimos jornais diários: o de Bremen (*Bremer Bürger-Zeitung*) e o de Brunswick (*Volksfreund*⁵), que passaram ambos para os kautskistas. **Só** o grupo «Socialistas Internacionais da Alemanha» (ISD)⁶ se mantém no seu posto - isto é claro e incontestável para todos.

4 Em 4 de Agosto de 1914, no Reichstag, a fracção social-democrata votou em conjunto com os representantes burgueses a favor da concessão ao governo do Kaiser de um crédito de 5000 milhões, aprovando assim a política imperialista de Guilherme II. Como mais tarde se soube, os sociais-democratas de esquerda, durante a discussão desta questão pela fracção social-democrata antes da sessão do Reichstag, eram contra a concessão ao governo de créditos para a guerra, mas submeteram-se à decisão da maioria oportunista da fracção e votaram pelos créditos. Em nome de toda a fracção, Haase fez uma declaração que terminava com o compromisso dos sociais-democratas de votarem a favor dos créditos requeridos.

5 **Volksfreund (Amigo do Povo)**: jornal diário social-democrata, fundado em 1871 em Braunschweig; em 1914-1915 foi na prática órgão dos sociais-democratas de esquerda alemães; em 1916 passou para as mãos dos kautskistas.

6 **Socialistas Internacionais da Alemanha (Internationale Sozialisten Deutschlands – ISD)**: grupo de sociais-democratas de esquerda alemães, que se uniram durante a guerra mundial imperialista em torno da revista *Lichtstrahlen (Raios de Luz)*, que se publicou em Berlim de 1913 a 1921. Os Socialistas Internacionais da Alemanha pronunciavam-se abertamente contra a guerra e contra o oportunismo; sobre a questão da demarcação em relação aos sociais-chauvinistas e centristas, eram eles que tinham na Alemanha a posição mais consequente. Pouco depois da conferência, o bureau da esquerda de Zimmerwald recebeu uma informação segundo a qual o grupo Socialistas Internacionais da Alemanha aderira a ela. No entanto, não dispendo de amplas ligações com as massas, o grupo em breve se dissolveu.

Alguns membros do grupo «A Internacional», ao que parece, deslizaram novamente para o pântano do kautskismo sem princípios. Por exemplo, Ströbel foi ao ponto de bajular Bernstein e Kautsky na *Neue Zeit!* E muito recentemente, em 15 de Julho de 1916, publicou nos jornais o artigo *Pacifismo e Social-Democracia*, defendendo o pacifismo kautskista mais vulgar. Quanto a Junius, ergue-se contra as fantasias kautskistas no espírito do «desarmamento», da «abolição da diplomacia secreta», etc., da maneira mais resoluta. É possível que no grupo «A Internacional» haja duas correntes: uma revolucionária e outra oscilando para o lado do kautskismo.

A primeira das posições erradas de Junius está concretizada na 5ª tese do grupo «A Internacional»: «... Na época (era) deste imperialismo desenfreado já não pode haver guerras nacionais. Os interesses nacionais são apenas um instrumento de mistificação, com o fim de colocar as massas trabalhadoras ao serviço do seu inimigo mortal: o imperialismo...» O início da 5ª tese, que termina com esta afirmação, é dedicado à caracterização da guerra **actual** como guerra imperialista. É possível que a negação das guerras nacionais em geral seja ou uma inadvertência ou um entusiasmo accidental ao sublinhar a ideia inteiramente correcta de que a guerra **actual** é uma guerra imperialista e não nacional. Mas como também é possível o inverso, como a negação errada de **quaisquer** guerras nacionais se verifica em diferentes sociais-democratas ao refutarem a apresentação da **actual** guerra como nacional, é impossível não nos determos nesse erro.

Junius tem toda a razão quando sublinha a influência decisiva da «atmosfera imperialista» na guerra **actual**, quando diz que por trás da Sérvia está a Rússia, «por trás do nacionalismo sérvio está o imperialismo russo», que a participação, por exemplo, da Holanda na guerra seria **também** imperialista, porque, em primeiro lugar, ela defenderia as suas colónias, e em 2.º lugar seria aliada de uma das coligações **imperialistas**. Isto é indiscutível - no que se refere à guerra **actual**. E quando Junius sublinha particularmente aquilo que para ele é especialmente importante - a luta contra «o fantasma da guerra nacional», «que presentemente domina a política social-democrata» (p. 81) - não se pode deixar de reconhecer que as suas considerações são justas e inteiramente apropriadas.

O erro seria apenas exagerar essa verdade, fugir à exigência marxista de ser concreto, estender a apreciação da guerra actual a todas as guerras possíveis sob o imperialismo, esquecer os movimentos nacionais **contra** o imperialismo. O único argumento em defesa da tese de que «já não pode haver guerras nacionais» é o de que o mundo está partilhado entre um punhado de «grandes» potências imperialistas, e que por isso qualquer guerra, ainda que a princípio seja nacional, se **transforma** em imperialista ao chocar com os interesses de uma das potências ou das coligações imperialistas (p. 81 de Junius).

A incorrecção deste argumento é evidente. Certamente, a tese fundamental da dialéctica marxista consiste em que todos os limites na natureza e na sociedade são convencionais e móveis, que não há **um único** fenómeno que não possa, em determinadas condições, transformar-se no seu contrário. Uma guerra nacional **pode** transformar-se em guerra imperialista e **inversamente**. Exemplo: as guerras da grande revolução francesa começaram como guerras nacionais e eram guerras nacionais. Essas guerras eram revolucionárias: a defesa da grande revolução contra a coligação das monarquias contra-revolucionárias. Mas quando Napoleão formou o império francês com a subjugação de toda uma série de Estados nacionais desde há muito constituídos, grandes e viáveis da Europa, então as guerras nacionais francesas tornaram-se guerras imperialistas, que geraram **por sua vez** guerras de libertação nacional **contra** o imperialismo de Napoleão.

Só um sofista poderia apagar a diferença entre uma guerra imperialista e uma guerra nacional com o fundamento de que uma **pode** transformar-se na outra. A dialéctica serviu mais de uma vez - incluindo na história da filosofia grega - de ponte para a sofística. Mas nós continuamos a ser dialécticos, combatendo os sofismas não pela negação da possibilidade de quaisquer transformações em geral mas pela análise concreta do fenómeno **dado** no seu quadro e no seu desenvolvimento.

Que a actual guerra imperialista, de 1914-1916, se transforme numa guerra nacional é altamente improvável, pois a classe que representa o desenvolvimento **para a frente** é o proletariado, que objectivamente aspira a transformá-la em guerra civil contra a burguesia, e ainda porque as forças de ambas as coligações não diferem muito significativamente e o capital financeiro internacional criou por toda a parte uma burguesia reaccionária. Mas não se pode declarar que tal transformação é **impossível**: se o proletariado **da Europa** se visse impotente por 20 anos; se a guerra actual terminasse com vitórias do tipo das de Napoleão e a subjugação de uma série de Estados nacionais viáveis; se o imperialismo extra-europeu (japonês e americano em primeiro lugar) se mantivesse também por 20 anos, sem passar ao socialismo, por exemplo em consequência duma guerra nipo-americana, então seria possível uma grande guerra nacional na Europa. Isso seria uma evolução da Europa **para trás** em alguns decénios, o que é improvável. Mas **não é impossível**, pois conceber a história mundial como avançando sempre regularmente e sem escolhos, sem saltos por vezes gigantescos para trás, é antidialéctico, anticientífico, teoricamente incorrecto.

Continuemos. Na época do imperialismo são não só prováveis mas **inevitáveis** as guerras nacionais por parte das colónias e semi-colónias. Nas colónias e semi-colónias (China, Turquia, Pérsia) vivem cerca de 1000 milhões de pessoas, isto é, **mais de metade** da população da Terra. Os movimentos de libertação nacional ou são ali já muito fortes ou estão a crescer e a amadurecer. Qualquer guerra é a continuação da política por outros meios. A continuação da política de libertação nacional das colónias serão **inevitavelmente** as guerras nacionais da parte delas **contra** o imperialismo. Essas guerras **podem** conduzir a uma guerra imperialista das actuais «grandes» potências imperialistas mas também podem não conduzir, isso depende de muitas circunstâncias.

Exemplo: a Inglaterra e a França combateram na Guerra dos Sete Anos⁷ por causa das colónias, isto é, travaram uma guerra imperialista (a qual é possível tanto na base da escravidão como na base do capitalismo primitivo, como também na actual base do capitalismo altamente desenvolvido). A França é vencida e perde uma parte das suas colónias. Alguns anos mais tarde começa a guerra de libertação nacional dos Estados da América do Norte apenas contra a Inglaterra. A França e a Espanha, que continuam elas próprias a possuir partes dos actuais Estados Unidos, por hostilidade para com a Inglaterra, isto é, pelos seus interesses imperialistas, concluem um tratado de amizade com os Estados insurrectos contra a Inglaterra. Tropas francesas juntamente com as americanas derrotam os ingleses. Temos aqui uma guerra de libertação nacional na qual a competição imperialista é um elemento acessório, sem uma importância séria - contrariamente ao que vemos na guerra de 1914-1916 (o elemento nacional na guerra austro-sérvia não tem uma importância séria em comparação com a competição imperialista determinante). Por aqui se vê como seria absurdo aplicar o conceito de imperialismo de maneira estereotipada, deduzindo dela a «impossibilidade» das guerras nacionais. Uma guerra de libertação nacional, por exemplo de uma aliança da Pérsia, da Índia e da China contra tais ou tais potências imperialistas é inteiramente possível e provável, pois ela decorre do movimento de libertação nacional desses países, e a transformação de uma tal guerra numa guerra imperialista entre as actuais potências imperialistas dependerá de muitas circunstâncias concretas com cujo advento seria ridículo contar.

Em terceiro lugar, mesmo na Europa não se pode considerar impossíveis as guerras nacionais na época do imperialismo. A «época do imperialismo» tornou imperialista a actual guerra, ela gerará inevitavelmente (enquanto não for instaurado o socialismo) novas guerras imperialistas, ela tornou completamente imperialista a política das actuais grandes potências, mas esta «época» não exclui de modo nenhum as guerras nacionais, por exemplo por parte dos pequenos Estados (digamos, anexados ou nacionalmente oprimidos) **contra** as potências imperialistas, tal como não exclui os

⁷ **Guerra dos Sete Anos (1756-1763)**: guerra entre a Áustria, a França, a Rússia, a Espanha, a Saxónia e a Suécia, por um lado, e a Prússia, a Grã-Bretanha e Portugal, por outro. Foi provocada pela agudização da luta anglo-francesa pelas colónias e pelo choque da política agressiva da Prússia com os interesses da Austria, da França e da Rússia. O principal resultado da Guerra dos Sete Anos foi a vitória da Grã-Bretanha sobre a França na luta pelo domínio colonial e comercial.

movimentos nacionais em grande escala no Leste da Europa. A propósito da Áustria, por exemplo, Junius raciocina muito judiciosamente, tendo em conta não apenas o aspecto «económico» mas também o aspecto político peculiar, assinalando a «inviabilidade interna da Áustria», reconhecendo que a «monarquia dos Habsburgos não é uma organização política do Estado burguês mas apenas um consórcio frouxamente unido de algumas cliques de parasitas sociais», e que «a liquidação da Áustria-Hungria é historicamente apenas a continuação da desagregação da Turquia e ao mesmo tempo uma imposição do processo de desenvolvimento histórico». Para alguns Estados balcânicos e para a Rússia a situação não é melhor. E em caso de forte esgotamento das «grandes» potências na guerra actual ou de vitória da revolução na Rússia, são inteiramente possíveis guerras nacionais, mesmo vitoriosas. A intervenção das potências imperialistas **não** é realizável na prática em todas as condições. Isto por um lado. E por outro lado, quando se afirma irreflectidamente que a guerra de um pequeno Estado contra um gigante é sem esperança, deve-se assinalar que uma guerra sem esperança também é uma guerra; de resto, certos fenómenos no interior dos «gigantes» - por exemplo o início de uma revolução - podem transformar uma guerra «sem esperança» numa guerra com «muita esperança».

Não nos detivemos pormenorizadamente na falsidade da tese segundo a qual já «não pode haver guerras nacionais» apenas porque ela é claramente errada teoricamente. Seria por certo profundamente lamentável se pessoas «de esquerda» manifestassem pouco cuidado com a teoria do marxismo numa altura em que a criação da III Internacional só é possível sobre a base de um marxismo não aviltado. Mas também no plano político prático esse erro é muito prejudicial: dele deduzem a absurda propaganda do «desarmamento» pois, dizem, não pode haver quaisquer guerras além das reaccionárias; dele deduzem uma indiferença ainda mais absurda e francamente reaccionária em relação aos movimentos nacionais. Essa indiferença torna-se chauvinismo quando os membros das «grandes» nações europeias, isto é, das nações que oprimem um grande número de povos pequenos e coloniais, declaram com um ar pretensamente douto: «Já não pode haver guerras nacionais»! As guerras nacionais **contra** as potências imperialistas são não só possíveis e prováveis mas inevitáveis e **progressistas, revolucionárias, embora**, naturalmente, para o seu êxito seja necessária ou a união dos esforços de um grande número de habitantes dos países oprimido! (centenas de milhões no exemplo da Índia e da China por nós tomado), ou uma conjugação **particularmente** favorável de condições da situação internacional (por exemplo, a paralisação da intervenção das potências imperialistas pelo seu enfraquecimento, pela sua guerra, pelo seu antagonismo, etc.), ou a insurreição **simultânea** do proletariado de uma das grandes potências contra a burguesia (este caso, que é o último na nossa enumeração, é o primeiro do ponto de vista daquilo que é desejável e vantajoso para a vitória do proletariado).

Devemos assinalar no entanto que seria injusto acusar Junius de indiferença em relação aos movimentos nacionais. Ele aponta pelo menos, entre os pecados da fracção social-democrata, o seu silêncio acerca da execução por «traição» (evidentemente por uma tentativa de insurreição relacionada com a guerra) de um chefe indígena dos Camarões, sublinhando num outro ponto especialmente (para os Srs. Legien, Lensch e outros canalhas que se intitulam «sociais-democratas») que as nações coloniais também são nações. Ele declara do modo mais definido: «o socialismo reconhece a cada povo o direito à independência e à liberdade, a dispor independentemente do seu próprio destino»; «o socialismo internacional reconhece o direito das nações livres, independentes, iguais, mas só ele pode criar tais nações, só ele pode concretizar o direito das nações à autodeterminação. E esta palavra de ordem do socialismo», assinala justamente o autor, «serve, como todas as outras, não para justificar aquilo que existe mas como indicador do caminho, como estímulo para uma política activa, revolucionária, transformadora, do proletariado» (pp. 77 e 78). Por conseguinte, enganar-se-ia profundamente quem pensasse que todos os sociais-democratas de esquerda alemães caíram na mesma estreiteza e na mesma caricatura do marxismo a que chegaram alguns sociais-democratas holandeses e polacos que negam a autodeterminação das nações mesmo no socialismo. Aliás, falaremos noutra lugar das fontes **especiais** holandesas e polacas **desse** erro.

O outro juízo errado de Junius está ligado à questão da defesa da pátria. Esta é uma questão política essencial durante uma guerra imperialista. E Junius reforçou a nossa convicção de que o nosso partido foi o único a colocar correctamente esta questão: o proletariado é contra a defesa da pátria nesta guerra imperialista dado o seu carácter espoliador, escravista, reaccionário, dada a possibilidade e a necessidade de lhe opor (e de procurar transformá-la em) a guerra civil pelo socialismo. Junius, por um lado, revelou excelentemente o carácter imperialista da guerra actual, que a distingue de uma guerra nacional, mas por outro lado caiu num erro extraordinariamente estranho ao tentar aplicar de qualquer maneira o programa nacional à guerra **actual**, que **não** é uma guerra nacional! Isto parece quase inacreditável, mas é um facto.

Os sociais-democratas oficiais, tanto do matiz de Legien como do matiz de Kautsky, rastejando perante a burguesia, que mais que tudo gritava acerca da «invasão» estrangeira a fim de enganar as massas populares acerca do carácter imperialista da guerra, repetiram com particular zelo esse argumento da «invasão». Kautsky, que assegura agora aos ingénuos e crédulos (incluindo através de um okista⁸ russo, Spektator) que passou à oposição desde fins de 1914, continua a invocar esse «argumento»! Ao procurar refutar esse argumento, Junius cita exemplos históricos muito instrutivos para demonstrar que «a invasão e a luta de classes na história burguesa não são uma contradição, como pretende a lenda oficial, mas uma é um meio e uma manifestação da outra». Exemplos: os Bourbons em França apelaram à invasão estrangeira contra os jacobinos⁹, os burgueses em 1871 contra a Comuna. Marx escreveu em *A Guerra Civil em França*:

«O esforço heróico mais elevado de que a velha sociedade ainda é capaz é a guerra nacional; e agora provou-se que isso é um mero embuste governamental destinado a diferir a luta de classes e a ser posto de lado logo que essa luta de classes rebenta em guerra civil.»

«A grande revolução francesa», escreve Junius, referindo-se ao ano de 1793, «constitui um exemplo clássico de todos os tempos.» De tudo isto se retira a conclusão: «A experiência secular demonstra, por conseguinte, que não é o estado de sítio mas a luta de classe abnegada que desperta o respeito por si próprio, o heroísmo e a força moral das massas populares, que é a melhor defesa, a melhor protecção de um país contra o inimigo externo.»

Conclusão prática de Junius:

*«Sim, os sociais-democratas têm o dever de defender o seu país durante uma grande crise histórica. E precisamente a grave culpa da fracção social-democrata do Reichstag consiste em ter proclamado solenemente na sua declaração de 4 de Agosto de 1914: "Na hora do perigo não deixaremos a nossa pátria sem defesa", e ao mesmo tempo ter renegado as suas palavras. Ela **deixou** a pátria sem defesa na hora do maior perigo. Pois o seu primeiro dever para com a pátria nessa hora era: mostrar à pátria a verdadeira base da actual guerra imperialista, romper a rede da mentira patriótica e diplomática que envolvia esse atentado contra a pátria; declarar alto e claro que para o povo alemão, nesta guerra, tanto a vitória como a derrota eram igualmente funestas, resistir até ao último extremo ao estrangulamento da pátria por meio do estado de sítio; proclamar a necessidade de armar imediatamente o povo e de deixá-lo decidir a questão da guerra e da paz;*

8 **Okista:** partidário do Comité de Organização. [Realizou-se em Viena, em Agosto de 1912, a chamada Conferência de Agosto dos liquidacionistas. A conferência tomou decisões liquidacionistas antipartido acerca de todas as questões da táctica social-democrata e pronunciou-se contra a existência do partido ilegal. Acerca da questão da táctica eleitoral a conferência considerou aceitável o apoio aos candidatos dos partidos burgueses liberais que declarassem defender o sufrágio universal e a liberdade de coligação. A tentativa dos liquidacionistas de formar o seu partido centrista na Rússia não foi apoiada pelos operários. Os liquidacionistas não conseguiram eleger um CC e limitaram-se a formar um **Comité de Organização**.]

9 **Jacobinos (Montanha):** nome de um dos dois grupos políticos da burguesia durante a Grande Revolução Francesa. Chamava-se jacobinos aos representantes mais resolutos da classe revolucionária do seu tempo, a burguesia, os quais defendiam a necessidade de liquidação do absolutismo e do feudalismo.

exigir com toda a energia que a representação popular reunisse em sessão permanente durante todo o tempo da guerra a fim de assegurar o controlo vigilante da representação popular sobre o governo e do povo sobre a representação popular; exigir a imediata abolição de todas as limitações dos direitos políticos, pois só um povo livre pode defender com êxito o seu país; finalmente, opor ao programa imperialista de guerra - programa orientado para a manutenção da Áustria e da Turquia, isto é, a manutenção da reacção na Europa e na Alemanha -, o velho programa verdadeiramente nacional dos patriotas e democratas de 1848, o programa de Marx, Engels e Lassalle: a palavra de ordem de uma grande república alemã unida. Tal era a bandeira que se deveria desfraldar perante o país, que seria verdadeiramente nacional, verdadeiramente libertadora e que corresponderia às melhores tradições da Alemanha e da política internacional de classe do proletariado»... «Assim o grave dilema entre os interesses da pátria e a solidariedade internacional do proletariado, o conflito trágico que levou os nossos parlamentares a aderirem, "com o coração pesado", à guerra imperialista, é pura imaginação, uma ficção nacionalista burguesa. Pelo contrário, entre os interesses do país e os interesses de classe da Internacional proletária existe, tanto em tempo de guerra como em tempo de paz, uma perfeita harmonia: tanto a guerra como a paz exigem o mais enérgico desenvolvimento da luta de classe, a mais decidida defesa do programa social-democrata.»

Assim raciocina Junius. O erro dos seus raciocínios salta aos olhos, e se os nossos lacaios do tsarismo, declarados e disfarçados, os senhores Plekhánov e Tchkenkeli, e talvez mesmo os Srs. Mártoev e Tchkhéidze, se vão agarrar com uma alegria maldosa às palavras de Junius, preocupados não com a verdade teórica, mas em sair da situação, em apagar a pista, em atirar areia aos olhos dos operários, por nosso lado nós temos de deter-nos mais em pormenor na explicação das fontes **teóricas** do erro de Junius.

Ele propõe que à guerra imperialista se «oponha» o programa nacional. Ele propõe à classe avançada que se volte para o passado e não para o futuro! Em 1793 e em 1848, em França e na Alemanha e em toda a Europa estava **objectivamente** na ordem do dia a revolução democrática **burguesa**. A essa situação histórica **objectiva** correspondia o programa «verdadeiramente nacional», isto é, nacional-**burguês** da democracia desse tempo, que em 1793 foi realizado pelos elementos mais revolucionários da burguesia e da população plebeia e que em 1848 foi proclamado por Marx em nome de toda a democracia avançada. Às guerras feudais e dinásticas opunham-se então, objectivamente, as guerras democráticas revolucionárias, as guerras de libertação nacional. Tal era o conteúdo das tarefas históricas da época.

Presentemente, para os Estados maiores e avançados da Europa a situação **objectiva** é diferente. O avanço - se não tivermos em conta os possíveis recuos temporários - só pode realizar-se no sentido da sociedade **socialista**, no sentido da **revolução socialista**. À guerra burguesa imperialista, à guerra do capitalismo altamente desenvolvido, **objectivamente** só se pode opor, do ponto de vista do progresso, do ponto de vista da classe avançada, a guerra **contra** a burguesia, isto é, antes de mais a guerra civil do proletariado contra a burguesia pelo poder, guerra **sem** a qual **não pode** haver progresso sério, e seguidamente - apenas em certas condições particulares - é possível a guerra em defesa do Estado socialista contra os Estados burgueses. Por isso aqueles bolcheviques (felizmente apenas casos individuais e que nós imediatamente cedemos aos prizivistas¹⁰) que estavam dispostos a adoptar o ponto de vista de uma defesa condicional, da defesa da pátria com a condição de uma revolução vitoriosa e da vitória da república na Rússia, mantiveram-se fiéis à **letra** do bolchevismo mas traíram o seu **espírito**; pois, arrastada para a guerra imperialista pelas potências europeias avançadas, a Rússia, mesmo sob a forma de república, travaria **também** uma guerra imperialista!

10 Lénine chamava **prizivistas** aos partidários do grupo Priziv (Apelo), fundado pelos mencheviques e socialistas-revolucionários em Setembro de 1915 e que tinha uma posição social-chauvinista extrema. O grupo editava o jornal *Priziv*, publicado em Paris de Outubro de 1915 a Março de 1917; G. Plekhánov e G. Aléxinski ocupavam nele um lugar dirigente.

Ao dizer que a luta de classe é o melhor meio contra a invasão, Junius aplicou a dialéctica marxista apenas em metade, dando um passo pelo justo caminho e imediatamente afastando-se dele. A dialéctica marxista exige uma análise concreta de cada situação histórica particular. Que a luta de classe é o melhor meio contra a invasão, isso é verdade **tanto** em relação à burguesia que quer derrubar o feudalismo **como** em relação ao proletariado que quer derrubar a burguesia. Precisamente porque isso é verdade em relação a **toda** a opressão de classe é **demasiado geral** e portanto **insuficiente** em relação ao presente caso **particular**. A guerra civil contra a burguesia é **também** uma das formas da luta de classes, e só esta forma de luta de classes preservaria a Europa (toda a Europa, e não apenas um país) do perigo da invasão. A «grande república alemã», se ela existisse em 1914-1916, teria feito a mesma guerra imperialista.

Junius aproximou-se muito da resposta correcta à questão e da palavra de ordem correcta - guerra civil contra a burguesia pelo socialismo - e, como se receasse dizer toda a verdade até ao fim, **recuou** para a quimera da «guerra nacional» em 1914, 1915 e 1916. Se considerarmos a questão não no aspecto teórico mas no aspecto puramente prático, o erro de Junius não será menos manifesto. Toda a sociedade burguesa, todas as classes da Alemanha, incluindo o campesinato, eram **pela** guerra (na Rússia, segundo toda a probabilidade, **também** - pelo menos a maioria do campesinato abastado e médio e uma parte significativa dos camponeses pobres encontravam-se manifestamente sob o fascínio do imperialismo burguês). A burguesia estava armada até aos dentes. Em semelhante situação, «proclamar» o programa da república, do parlamento em sessão permanente, da eleição dos oficiais pelo povo («armamento do povo»), etc., significaria **na prática** **«proclamar» a revolução** (com um programa revolucionário **errado!**).

Junius diz aqui mesmo com toda a razão que não se pode «fazer» a revolução. A revolução estava na ordem do dia em 1914-1916, estava contida na guerra, **nascia** da guerra. Era necessário **«proclamar»** isso em nome da classe revolucionária, indicando até ao fim, sem receio, o **seu** programa: o socialismo, que é impossível em tempo de guerra sem guerra civil contra a burguesia arqui-reaccionária, criminosa, que condena o povo a calamidades indizíveis. Era necessário pensar acções sistemáticas, consequentes, práticas, **absolutamente realizáveis** em **qualquer** ritmo de desenvolvimento da crise revolucionária, acções que fossem no sentido da revolução em amadurecimento. Essas acções são indicadas na resolução do nosso partido: 1) votação contra os créditos; 2) ruptura da «paz civil»; 3) criação de uma organização ilegal; 4) confraternização dos soldados; 5) apoio a todas as acções revolucionárias das massas. O êxito de **todas** essas medidas conduz **inelutavelmente** à guerra civil.

A proclamação de um grande programa histórico teria sem dúvida uma gigantesca importância; não do velho programa nacional alemão, ultrapassado para 1914-1916, mas de um programa proletário - internacionalista e socialista. Vós, burgueses, fazeis a guerra pela pilhagem; nós, operários de **todos** os países beligerantes, declaramo-vos guerra, uma guerra pelo socialismo - eis o conteúdo do discurso que deveriam ter proferido nos parlamentos em 4 de Agosto de 1914 os socialistas que não traíram o proletariado como o fizeram os Legien, os David, os Kautsky, os Plekhánov, os Guesde, os Sembat, etc.

Aparentemente, o erro de Junius pode ter sido suscitado por dois tipos de considerações erradas. Não há dúvida de que Junius é decididamente contra a guerra imperialista e decididamente **pela** táctica revolucionária: este **facto** não será suprimido por quaisquer alegrias malignas dos Srs. Plekhánov acerca do «defensismo» de Junius. É necessário responder de imediato e abertamente às possíveis e prováveis calúnias desse tipo.

Mas Junius, em primeiro lugar, não se libertou inteiramente do «meio» dos sociais-democratas alemães, mesmo os de esquerda, que receiam a cisão, que receiam formular até ao fim as palavras de ordem revolucionárias¹¹. É um receio errado, e os sociais-democratas de esquerda da Alemanha deverão libertar-se e **libertar-se-ão** dele. O curso da sua luta contra os sociais-chauvinistas **conduzirá** a isso. E eles lutam resolutamente, firmemente, **sinceramente** contra os **seus** sociais-chauvinistas, e essa é a diferença enorme, de princípio, fundamental, que os distingue dos Srs. Márto e Tchkhéidze, os quais, com uma mão (*à la* Skóbelev) desfraldam uma bandeira saudando «os Liebknecht de todos os países» e com a outra abraçam ternamente Tchkenkeli e Potréssov!

Em segundo lugar, Junius queria, ao que parece, pôr em prática algo assim como a «teoria dos estádios» menchevique, de triste memória, quis **iniciar** a aplicação do programa revolucionário pela ponta «mais cómoda», «popular», aceitável para a **pequena burguesia**. Qualquer coisa como um plano para «enganar a história», enganar os filisteus. Pretende-se que ninguém pode ser contra uma **melhor** defesa da verdadeira pátria: e a verdadeira pátria é a grande república alemã, a melhor defesa é a milícia, o parlamento em sessão permanente, etc. Uma vez aprovado, semelhante programa conduziria por si próprio, pretende-se, ao estádio seguinte: a revolução socialista.

Foram provavelmente considerações deste género que, consciente ou semiconscientemente, determinaram a táctica de Junius. É escusado dizer que elas são erradas. Na brochura de Junius sente-se **o solitário**, que não tem camaradas numa organização ilegal habituada a pensar até ao fim as palavras de ordem revolucionárias e a educar sistematicamente a massa no seu espírito. Mas semelhante deficiência - seria profundamente incorrecto esquecer isto - não é uma deficiência pessoal de Junius, mas o resultado da fraqueza de **toda** a esquerda alemã, envolvida por todos os lados na odiosa rede da hipocrisia, do pedantismo, da «benevolência» kautskistas para com os oportunistas. Os partidários de Junius foram capazes, **apesar** do seu isolamento, de **emprender** a publicação de folhetos ilegais e a guerra contra o kautskismo. Serão capazes de ir ainda mais longe pelo bom caminho.

11 Junius comete o mesmo erro de raciocínio acerca do tema: que é melhor, a vitória ou a derrota? A sua conclusão: ambas são igualmente más (ruína, aumento dos armamentos, etc.). Este não é o ponto de vista do proletariado revolucionário, mas de um pequeno burguês pacifista. Se se falava da «intervenção revolucionária» do proletariado - e é sobre isso, embora infelizmente de modo demasiado geral, que falam Junius e as teses do grupo «A Internacional» - devia-se obrigatoriamente colocar a questão de **outro** ponto de vista: 1) será possível a «intervenção revolucionária» sem risco de derrota? 2) será possível flagelar a burguesia e o governo do **seu** país sem esse mesmo risco? 3) não dissemos nós sempre, e não diz a experiência histórica das guerras reaccionárias, que as derrotas facilitam a tarefa da classe revolucionária?